

Mobilis Tecnologia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12

Mobilis Tecnologia S.A.
CNPJ/MF 23.862.660/0001-87

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Administração da Mobilis Tecnologia S.A. apresenta, para apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Mobilis é uma empresa paranaense dedicada ao desenvolvimento e à operação de soluções tecnológicas voltadas à gestão do trânsito e à segurança pública. Em 2025, ao completar 10 anos de atuação, a Companhia consolidou sua presença no mercado nacional e avançou de forma consistente na ampliação de sua atuação internacional.

No exercício de 2025, foram implantados 160 equipamentos, equivalentes a 340 novas faixas monitoradas, ampliando a capacidade de atendimento da companhia e sua presença operacional.

No âmbito comercial, a Companhia celebrou seis novos contratos, todos com entes públicos. Também foram renovados oito contratos ao longo do período, mantendo índice de fidelização de 100%, o que demonstra estabilidade contratual e continuidade das operações.

No contexto internacional, a Mobilis manteve sua participação em agendas relevantes do setor, incluindo o *ITS World Congress*, em Atlanta (EUA), além de participações consecutivas em eventos de alcance global, como a Intertraffic Amsterdam.

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido e o Capital Social da Companhia totalizavam, respectivamente, R\$ 12.094 e R\$ 8.292.

Esse conjunto de resultados reflete a evolução consistente da Mobilis, marcada pela tecnologia e inteligência no tratamento de dados aplicados à gestão do trânsito, contribuindo para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos.

A Administração agradece a confiança de seus acionistas, clientes, parceiros e colaboradores ao longo deste exercício, reforçando a consistência da atuação da companhia e sua evolução contínua.

Atenciosamente,
Administração da Mobilis Tecnologia S.A.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Mobilis Tecnologia S.A.

Pinhais - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mobilis Tecnologia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobilis Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do período anterior não auditadas

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de abril de 2026

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Mobilis Tecnologia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024 (não auditado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.068	5.983
Contas a receber de clientes	9	6.450	4.029
Estoques	10	260	335
Impostos a recuperar	11	1.401	717
Outros créditos	12	3.701	312
Total do ativo circulante		14.880	11.375
Ativo não circulante IRPJ e CSLL – Diferidos			
Investimentos	13	-	899
Imobilizado	14	2.466	2.172
Intangível	15	16	42
Total do ativo não circulante		4.637	5.553
Total do ativo		19.517	16.929
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Obrigações tributárias	11	1.162	923
Fornecedores	16	370	533
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		198	92
Adiantamento de clientes	17	-	104
Partes relacionadas		530	176
Outras contas a pagar	18	3.041	838
Total do passivo circulante		5.301	2.666
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	505	-
Outras contas a pagar	18	1.618	451
Total do passivo não circulante		2.122	451
Patrimônio líquido			
Capital social	19(i)	8.296	7.964
Reservas de lucros	19(iv)	3.782	5.848
Reserva de capital		16	-
Total do patrimônio líquido		12.094	13.812
Total passivo e patrimônio líquido		19.517	16.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mobilis Tecnologia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024 (não auditado)
Receita líquida de vendas	21	29.875	20.820
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	<u>(16.324)</u>	<u>(11.167)</u>
Lucro bruto		13.551	9.652
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	23	(2.970)	(1.739)
Despesas comerciais	23	(1.167)	(785)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	(69)
Equivalência patrimonial	13	<u>(475)</u>	<u>(456)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		8.939	6.604
Despesas financeiras	24	(168)	(89)
Receitas financeiras	24	<u>90</u>	<u>10</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.861	6.525
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	(2.261)	(1.722)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	11	(1.404)	899
Lucro líquido do exercício		<u>5.196</u>	<u>5.702</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mobilis Tecnologia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	5.196	5.702
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>5.196</u>	<u>5.702</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mobilis Tecnologia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		<u>7.964</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>145</u>	<u>-</u>	<u>8.109</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.703	5.703
Destinação de lucros para a reserva		-	-	285	5.418	(5.703)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não auditado)		<u>7.964</u>	<u>-</u>	<u>285</u>	<u>5.563</u>	<u>-</u>	<u>13.812</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.196	5.196
Aporte de capital		332	-	-	-	-	332
Ágio na emissão de ações		-	16	-	-	-	16
Destinação de lucros para reservas		-	-	260	4.936	(5.196)	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(7.262)	-	(7.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		<u>8.296</u>	<u>16</u>	<u>545</u>	<u>3.237</u>	<u>-</u>	<u>12.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mobilis Tecnologia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025 (não auditado)	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		5.196	5.702
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	2.261	1.722
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	11	1.404	(899)
Equivalência patrimonial	13	475	456
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	14/15	-	921
Depreciação e amortização	14/15	809	853
		10.145	8.755
Variações nos ativos e nos passivos			
Contas a receber	9	(3.825)	1.491
Impostos a recuperar	11	215	(1.595)
Estoques	10	75	197
Outros créditos		(3.389)	653
Fornecedores	16	(163)	(472)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		106	3
Obrigações tributárias	11	239	(458)
Adiantamento de clientes	17	(104)	(3.719)
Partes relacionadas		355	(33)
Outras obrigações		(347)	(2.734)
Pagamento de IRPJ e CSLL		(2.261)	(1.472)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.045	618
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Dividendos recebidos de SCP's	13	4.000	3.800
Participações societárias – aporte	13	(548)	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	14/15	(499)	(1.313)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		2.953	2.487
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			-
Aporte de capital		349	-
Captações de empréstimos		-	5
Pagamento de dividendos	19(iv)	(7.262)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(6.913)	5
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(2.915)	3.110
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	5.983	2.874
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	3.068	5.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Mobilis Tecnologia S.A. (“Companhia” ou “Mobilis”) iniciou suas atividades em 18 de novembro de 2015, tendo por objetivo principal projetos, desenhos e fabricação de equipamentos de simuladores veiculares, assistência técnica e suporte técnico para simuladores veiculares, locação de equipamentos de simuladores veiculares e comércio varejista de simuladores veiculares.

O fim da obrigatoriedade do uso do simulador de direção veicular no Brasil, em 2019, fez a Mobilis se repositonar para atuar em três segmentos relacionados à tecnologia e trânsito: Fiscalização e Gestão de Trânsito, Aprendizagem e Inovação.

Participações em Sociedades em Conta de Participação, Consórcios e outras Entidades

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia participava, como sócia ostensiva, nas seguintes Sociedades em Conta de Participação (“SCP”):

- SCP INGÁ;
- SCP LONDRINA;

As atividades de tais SCPs concentram-se, preponderantemente, em serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos, fiscalização e monitoramento de vias públicas, cujos condutores tenham transgredido disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

A Companhia é a sócia ostensiva em todas as SCPs listadas acima, possuindo assim o controle e responsabilidade sobre todas as participações nessas sociedades. A Sociedade em Conta de Participação é disciplinada pela Lei 10.406/2002 instituída pelo Código Civil, em seu art. 991. Desta maneira, os saldos ativos e passivos e de resultado passaram a ser somados aos saldos da Companhia, sendo o resultado pertencente aos demais participantes tratados como despesas no exercício.

A Companhia também participa em uma Sociedades em Conta de Participação (“SCP”) na condição de sócia participante (sócia oculta), não exercendo a gestão, representação perante terceiros ou controle das operações, os quais são de responsabilidade exclusiva do sócio ostensivo, nos termos do art. 991 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil).

Nessa operação, considerando que a condução dos negócios e as obrigações perante terceiros competem ao sócio ostensivo, a Companhia reconhece estas participações como investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia participa em consórcios diversos, cujas atividades concentram-se, também, de forma preponderante, no fornecimento de dados de tráfego para o sistema de informações de trânsito, serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos, fiscalização e monitoramento de vias públicas municipais, prestação de serviços de gestão eletrônica de veículos, cujos condutores tenham transgredido disposições do Código de Trânsito Brasileiro.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME).

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 29 de abril de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 09 - reconhecimento do valor recuperável do contas a receber de clientes (Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber);
- Nota explicativa 11 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido);
- Nota explicativa 14 - determinação de vidas úteis e valores residuais do ativo imobilizado (Revisão das vidas úteis);

- Nota explicativa 18 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado. (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 22 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

A demonstração financeira foi preparada com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

6 Políticas contábeis significativas

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira, salvo indicação ao contrário.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com clientes

A receita de contratos com clientes é reconhecida em conformidade com o CPC 47 – *Receita de Contrato com Cliente*, com base na transferência do controle dos bens ou serviços prometidos ao cliente, em montante que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A mensuração da receita considera os valores previstos contratualmente, líquidos de descontos comerciais, abatimentos, glosas, penalidades e tributos incidentes sobre vendas cobrados de terceiros.

As principais naturezas de receita e seus respectivos critérios de reconhecimento estão descritos a seguir:

a. Receita de prestação de serviços

Refere-se, substancialmente, aos serviços de instalação, manutenção, operação assistida, monitoramento, suporte técnico e demais serviços correlatos contratados pelos clientes. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, considerando que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pela execução contratual.

Contratos faturados com base em boletins de medições, a receita é reconhecida conforme o estágio de execução apurado na data-base.

b. Receita de locação

Refere-se à disponibilização de equipamentos, sistemas, infraestrutura tecnológica e ativos correlatos para utilização pelos clientes durante prazo contratual determinado.

c. Receita de venda de bens e mercadorias

Refere-se à venda de equipamentos, peças, componentes, materiais e demais bens comercializados pela Companhia.

A receita é reconhecida em determinado momento, quando o controle do bem é transferido ao cliente, o que normalmente ocorre na entrega física, aceite formal, instalação concluída ou conforme os termos de transferência de riscos e responsabilidades estabelecidos em contrato.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, juros recebidos, descontos obtidos e ganhos com variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos, descontos concedidos e perdas com variação cambial.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente os critérios fiscais relativos forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas das operações estão sujeitas aos seguintes tributos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributo	Alíquota (%)
PIS - Programa de Integração Social	1,65
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS - Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços	19,5
IPI - Imposto sobre Produto Industrializado	9,75
ISS - Imposto Sobre Serviços	2,00

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada, excluindo os impostos, quando recuperáveis e incluindo os gastos incorridos na aquisição de estoques, os custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los a sua localização e condições atuais.

g. Imobilizado

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar vendas.

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	20% a.a.
Computadores e periféricos	20% a.a.

h. Ativos intangíveis

(i) Softwares

Os referidos intangíveis possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A taxa de amortização utilizada é a seguinte:

Softwares	20% a.a.
-----------	----------

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes referentes a órgãos públicos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, intangíveis ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos seus ativos é necessária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024 (não auditado)
Aplicações financeiras (i)	3.068	5.983
	3.068	5.983

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa remunerados diariamente com base na taxa Selic do último dia útil do mês. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

9 Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024 (não auditado)
<i>Órgãos públicos</i>		
Valores faturados	2.932	2.312
Valores líquidos a faturar (i)	3.772	1.970
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(253)	(253)
Total ativo circulante	6.450	4.029

- (i) Refere-se a valores não faturados decorrentes de medições realizadas em radares apostos e faturados ao fim de cada mês.

As contas a receber de valores faturados têm a seguinte composição por idade de vencimento:

	2025	2024 (não auditado)
A vencer	2.304	1.605
Vencido até 360 dias	291	523
Vencido há mais de 360 dias	337	184
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(253)	(253)
Total faturado	2.678	2.059

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis.

A Companhia efetua análise qualitativa e quantitativa em sua carteira de clientes.

Qualitativamente são analisados os perfis de acordo com a o comportamento e particularidades individuais de cada cliente. Na análise quantitativa a Companhia considera a média histórica de perdas e aplica em sua carteira de recebíveis, deduzida do montante de provisão identificada por meio da análise qualitativa.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2025	2024 (não auditado)
Saldo no início do exercício	(253)	(184)
Constituição no exercício	-	(69)
	<u> </u>	<u> </u>
Saldo no final do exercício	<u>(253)</u>	<u>(253)</u>

10 Estoques

O saldo é composto dos seguintes valores:

	2025	2024 (não auditado)
Matérias primas	383	457
Provisão para perdas em estoques	(123)	(123)
	<u> </u>	<u> </u>
	<u>260</u>	<u>335</u>

A Companhia avalia de forma recorrente a necessidade de constituição de provisão para perda em estoques. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi necessária a constituição de provisão para perda.

11 Imposto indiretos e diretos, correntes e diferidos

O saldo de impostos é composto dos seguintes valores:

	2025	2024 (não auditado)
Ativo		
IPI a recuperar	-	2
IRRF	503	684
Saldo negativo IRPJ e CSLL	800	17
Demais impostos federais a recuperar	98	14
	<u> </u>	<u> </u>
Ativo circulante	<u>1.401</u>	<u>717</u>
IRPJ e CSLL – Diferidos	-	899
	<u> </u>	<u> </u>
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>899</u>

	2025	2024 (não auditado)
Passivo circulante		
Cofins a recolher	284	191
IRPJ a recolher	105	136
CSLL a recolher	205	114
Pis a recolher	61	41
Demais impostos federais a pagar	14	4
Impostos sobre medições	428	250
Parcelamento de tributo federal	33	172
Outros impostos	31	15
Total passivo circulante	1.162	923
	2025	2024 (não auditado)
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL – Diferidos s/ medições	1.137	-
IRPJ e CSLL – Diferidos s/ prejuízo fiscal	(632)	-
Total passivo não circulante	505	-

(i) Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é apresentada a seguir:

	2025	2024 (não auditado)
Resultado antes dos impostos	8.861	6.525
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(3.013)	(2.219)
Adições e exclusões		
IRPJ e CSLL SCPs - Lucro presumido	(1.679)	(1.203)
IRPJ e CSLL diferido sobre medições	(1.404)	-
Outras adições não dedutíveis	2.431	2.599
IRPJ e CSLL no período	(3.665)	(823)
Alíquota efetiva	41%	13%

12 Outros créditos

	2025	2024 (não auditado)
Adiantamento a empregados	108	9
Adiantamento a fornecedores (i)	3.566	302
Despesa antecipada	27	-
	<u>3.701</u>	<u>312</u>

- (i) Refere-se a adiantamento relacionado ao projeto de fiscalização em Goiânia (consórcio de 2025). Nas próximas fases, serão realizados encontros de contas entre os parceiros.

13 Investimentos

Os investimentos em SCP são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

Composição dos saldos

	Saldo 2024 (não auditado)	Resultado de equivalência 2025	Adições (baixas)	Saldo 2025
Investimento em SCP DPRF (i)	2.172	3.746	(4.000)	1.918
Mobilis Traffic (ii)	-	-	548	548
SCPs – sócia ostensiva	-	(4.221)	-	-
Total	<u>2.172</u>	<u>(475)</u>	<u>(3.452)</u>	<u>2.466</u>

	Saldo 2023 (não auditado)	Resultado de equivalência 2024	Adições/ Baixas(não auditado)	Saldo 2024
Investimento em SCP DPRF (i)	3.493	2.479	(3.800)	2.172
SCPs – sócia ostensiva	-	(2.935)	-	-
Total	<u>3.493</u>	<u>(456)</u>	<u>(3.800)</u>	<u>2.172</u>

- (i) Investimento como sócia participante na SCP. Em 2025 a Companhia recebeu o montante de R\$4.000 referente a distribuição de lucros.
- (ii) No final de 2025, a Companhia constituiu uma empresa nos Estados Unidos com o objetivo de facilitar sua atuação em mercados internacionais. Até a data de encerramento deste balanço, as únicas movimentações realizadas referem-se ao custeio dos trâmites iniciais de constituição e estruturação da operação.

14 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens.

A composição dos saldos do imobilizado são as seguintes:

(i) Composição do saldo do imobilizado

	Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2025	2024
				Líquido	(não auditado) Líquido
Veículos	20	101	(76)	25	45
Móveis e utensílios	10	52	(23)	29	26
Máquinas e equipamentos	20	3.782	(1.943)	1.839	2.237
Computadores e periféricos	20	979	(889)	90	124
Ferramentas e acessórios	10	3	-	3	-
Imobilizado em andamento (i)		170	-	170	8
		<u>5.087</u>	<u>(2.931)</u>	<u>2.156</u>	<u>2.440</u>

	Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	2024	2023
				Líquido	Líquido
Veículos	20	101	(56)	45	65
Móveis e utensílios	10	43	(17)	26	23
Máquinas e equipamentos	20	3.493	(1.256)	2.237	1.360
Computadores e periféricos	20	946	(822)	124	354
Imobilizado em andamento (i)		8	-	8	1.051
		<u>4.591</u>	<u>(2.151)</u>	<u>2.440</u>	<u>2.854</u>

(i) Refere-se a contratos em fase de implantação.

(ii) Movimentação do custo do imobilizado

	Saldo em 2024 (não auditado)				Saldo em 2025
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Veículos	101	-	-	-	101
Móveis e utensílios	43	8	-	-	51
Máquinas e equipamentos	3.493	204	-	85	3.782
Computadores e periféricos	946	35	-	-	981
Ferramentas e acessórios	3	-	-	-	3
Imobilizado em andamento	8	247	-	(85)	170
Total	<u>4.593</u>	<u>495</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.088</u>

	Saldo em 2023				Saldo em 2024
	(não auditado)				(não auditado)
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Veículos	101	-	-	-	101
Móveis e utensílios	35	8	-	-	43
Máquinas e equipamentos	2.143	975	(80)	457	3.493
Computadores e periféricos	928	16	-	-	944
Ferramentas e acessórios	-	3	-	-	3
Imobilizado em andamento	1.051	314	(899)	(457)	9
Total	4.258	1.313	(979)	-	4.593

(iii) Movimentação da depreciação do imobilizado

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2024				31/12/2025
	(não auditado)				(não auditado)
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação acumulada
Veículos	(56)	(20)	-	-	(76)
Móveis e utensílios	(17)	(6)	-	-	(23)
Máquinas e Equipamentos	(1.256)	(687)	-	-	(1.942)
Computadores e periféricos	(823)	(67)	-	-	(890)
Total	(2.151)	(780)	-	-	(2.931)

	Saldo em				Saldo em
	31/12/2023				31/12/2024
	(não auditado)				(não auditado)
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação acumulada
Veículos	(36)	(20)	-	-	(56)
Móveis e utensílios	(12)	(5)	-	-	(17)
Máquinas e Equipamentos	(782)	(534)	60	-	(1.256)
Computadores e periféricos	(574)	(249)	-	-	(823)
Total	(1.404)	(807)	60	-	(2.151)

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 a administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a Administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

15 Intangível

Os ativos intangíveis foram registrados pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, em função do período de retorno que os ativos beneficiam a companhia.

A composição dos saldos do intangível são as seguintes:

			<u>2025</u>	<u>2024</u> (não auditado)
	Anual	Custo	Amortização Acumulada	Total
Softwares	20%	<u>191</u>	<u>(175)</u>	<u>16</u>
		<u>191</u>	<u>(175)</u>	<u>16</u>
			<u>2024</u>	<u>2023</u>
	Anual	Custo	Amortização Acumulada	Total
Softwares	20%	<u>188</u>	<u>(146)</u>	<u>42</u>
		<u>188</u>	<u>(146)</u>	<u>42</u>

(i) Movimentação da amortização do intangível

	2024	Adições	2024
Softwares	<u>(146)</u>	<u>(29)</u>	<u>(175)</u>
Total	<u>(146)</u>	<u>(29)</u>	<u>(175)</u>
	2023	Adições	2024
Softwares	<u>(99)</u>	<u>(47)</u>	<u>(146)</u>
Total	<u>(99)</u>	<u>(47)</u>	<u>(146)</u>

16 Fornecedores

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	2025	2024 (não auditado)
Fornecedores nacionais	<u>370</u>	<u>533</u>
Total	<u>370</u>	<u>533</u>

17 Adiantamento de clientes

	2025	2024 (não auditado)
Clientes nacionais (i)	-	104
Total	-	104

- (i) Recebimentos de clientes nacionais que estão em processo de validação em relação à medição mensal de faturamento pelo monitoramento de tráfego.

18 Outras obrigações

	2025	2024 (não auditado)
Provisões encontro de contas – Consórcios (i)	2.917	838
Obrigações com parceiros (ii)	1.742	451
Total	4.659	1.289
Parcela classificada no ativo circulante	3.041	838
Parcela classificada no ativo não circulante	1.618	451

- (i) A Companhia participa de consórcios, conforme mencionado na nota de contexto operacional, e os projetos desenvolvidos nessa estrutura demandam encontros de contas entre as empresas consorciadas. Enquanto tais encontros permanecem em andamento, a Companhia reconhece provisão para esses gastos em observância ao regime de competência.
- (ii) Valores a distribuir referente a parceiros de SCP onde a Companhia é a sócia ostensiva.

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ações judiciais ou processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais e trabalhista.

20 Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 8.296, representado por 8.295.834 ações Ordinárias Nominativas, todas com valor nominal de R\$1,00 (um real) e pertencente a acionistas domiciliados no País.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou o aumento de seu capital social em decorrência dos Contratos de Subscrição com Integralização de Ações e Outras Avenças firmados na mesma data, mediante a emissão de 331.834 (trezentas e trinta e um mil e oitocentas e trinta e quatro) ações preferenciais nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, pelo preço global de emissão de R\$ 347.880,00 (trezentos e quarenta e sete mil e oitocentos e oitenta reais).

As ações foram integralizadas integralmente em moeda corrente nacional na referida data, sendo R\$ 331.834,00 (trezentos e trinta e um mil e oitocentos e trinta e quatro reais) registrados no capital social e R\$ 16.046,00 (dezesesseis mil e quarenta e seis reais) reconhecidos em reserva de capital, a título de ágio na emissão.

Acionista	Capital 2025	Capital 2024 (não auditado)
GRAFENO PARTICIPAÇÕES S/A	3.982	3.982
LYNX PARTICIPAÇÕES S/A	3.982	3.982
LUIZ GUSTAVO CUNHA DE OLIVEIRA CAMPOS	166	-
RÉGIS EIDI NISHIMOTO	166	-
	<u>8.296</u>	<u>7.964</u>

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída até o limite de 20% sobre o capital social, limite ainda não atingido. Em 2025 e 2024, foi realizada a constituição de reserva.

(iii) Reserva de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram destinados à reserva de retenção de lucros para futura deliberação dos acionistas, nos termos do estatuto social da Companhia.

(iv) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos de 25% a seus acionistas. Em 2025 a Companhia realizou a distribuição de dividendos, conforme 25ª AGE.

21 Receita líquida de vendas

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2025	2024 (não auditado)
<i>Mercado interno</i>		
Venda de produtos	149	-
Locação de equipamentos	459	-
Prestação de serviço	32.172	22.974
Receita bruta de vendas	<u>32.780</u>	<u>22.974</u>
(-) Impostos sobre faturamento	<u>(2.905)</u>	<u>(2.154)</u>
Receita líquida de vendas	<u>29.875</u>	<u>20.820</u>

22 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados por natureza

Custos	2025	2024 (não auditado)
Pessoal	(2.511)	(1.178)
Despesas - áreas apoio	(514)	-
Gastos com contratação de serviços	(4.730)	(4.121)
Depreciação e amortização	(881)	(854)
Aluguel de Equipamentos	(6.486)	(4.071)
Transmissão de dados	(430)	(381)
Equipamentos - sobressalentes	(34)	(238)
Locação de veículos	(632)	-
Aferições - Inmetro/IPEM	(99)	(205)
Outros	(7)	(119)
	<u>(16.324)</u>	<u>(11.167)</u>

23 Despesas administrativas e comerciais por natureza

Despesas administrativas	2025	2024 (não auditado)
Pessoal	(9)	(14)
Gastos com contratação de serviços	(1.558)	(571)
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Aluguel de Imóveis	(142)	(210)
Despesas - áreas apoio	(850)	(651)
Outras	(409)	(292)
	<u>(2.970)</u>	<u>(1.739)</u>

Despesas comerciais	2025	2024 (não auditado)
Pessoal	(156)	(737)
Gastos com contratação de serviços	(285)	-
Despesas - áreas apoio	(233)	-
Outras	(494)	(48)
	<u>(1.167)</u>	<u>(785)</u>

24 Receitas financeiras

	2025	2024 (não auditado)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1	1
Rendimento de aplicações financeiras	23	9
Receita com variações monetárias	58	-
Outras	7	-
	<u>90</u>	<u>10</u>

	2025	2024 (não auditado)
Despesas financeiras		
Despesa com atualizações monetárias	(9)	(12)
Juros e multas s/ títulos pagos c/ atraso	(87)	(58)
Despesas com tarifas	(50)	(17)
IOF	(20)	(2)
Outras	(1)	-
	(168)	(89)
Resultado financeiro líquido	(77)	(79)

25 Partes relacionadas

A Companhia mantém transações comerciais com empresa considerada parte relacionada. As operações realizadas no curso normal dos negócios incluem, principalmente, prestação e contratação de serviços, locação de equipamentos.

Tais transações são celebradas em bases usuais de mercado e em condições equivalentes às praticadas com partes independentes, sendo os valores reconhecidos de acordo com os termos contratuais estabelecidos entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos ativos e passivos decorrentes dessas operações, quando existentes, estão apresentados nas respectivas rubricas das demonstrações financeiras.

26 Instrumentos financeiros

Classificações contábeis e valores justos

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025 e 2024 e correspondem, substancialmente, ao seu valor justo. Os principais instrumentos financeiros da Companhia são os seguintes:

		Ativos financeiros Notaa custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total contábil	Valor justo	Valor justo 2024 (não auditado)
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.068	-	3.068	3.068	5.983
Contas a receber de clientes	9	5.313	-	5.313	5.313	4.029
Outros créditos		3.701	-	3.701	3.701	312
		12.082	-	12.082	12.082	10.323
Custo amortizado						
Fornecedores	15	-	370	370	370	533
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	176
Outras contas a pagar		-	3.041	3.041	3.041	868
		-	3.411	3.411	3.411	1.577

Em 31 de dezembro de 2024	Ativos financeiros Nota a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total contábil	Valor justo	Valor justo 2023
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.983	-	5.983	2.874
Contas a receber de clientes	9	4.029	-	4.029	4.621
Outros créditos		312	-	312	965
		<u>10.323</u>	<u>-</u>	<u>10.323</u>	<u>8.460</u>
Custo amortizado					
Fornecedores	15	-	533	533	1.005
Empréstimos e financiamentos		-	176	176	171
Outras contas a pagar		-	868	868	900
		<u>-</u>	<u>1.577</u>	<u>1.577</u>	<u>2.076</u>

Gerenciamento dos riscos financeiros

Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria Financeira da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações

contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no exercício foram divulgadas na nota explicativa 9.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Avaliação da perda esperada de crédito

A Companhia utiliza uma análise individual para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes. A Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada.

A provisão é calculada com base na avaliação individual de cada tipo de contrato de cliente, aging do saldo vencido e na experiência real de perda de crédito nos últimos doze meses, inclui informação quantitativa e qualitativa e análises, com base na experiência histórica da Companhia, avaliação de crédito e considerando informações prospectivas

Após análise qualitativa, efetuamos paralelamente uma análise quantitativa, na qual calculamos o percentual médio histórico de reconhecimento de perda esperada de crédito e aplicamos a nossa carteira de clientes.

Títulos de dívida

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito. Ainda, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que A Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros da Companhia na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Fluxos de caixa contratuais			
	Valor contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Financiamentos e empréstimos Fornecedores	370	370	-	-

	Fluxos de caixa contratuais			
	Valor contábil	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	533	533	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

27 Cobertura dos seguros

O Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas / Riscos Cobertos	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Prêmio por Cobertura (R\$)
Danos Elétricos	50.000,00	1.009,84
Despesas Fixas	100.000,00	27,72
Incêndio e Complementares	1.500.000,00	1.136,08
Quebra de Vidros e Anúncios		
Luminosos e Mármore	15.000,00	112,44
Responsabilidade Civil	100.000,00	131,48
Roubo	50.000,00	564,48
Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado	200.000,00	1.506,32

O tema relacionado a seguros não está incluído no escopo da auditoria externa contratada pela Companhia.